

# Informativo da Auditoria Geral da UFJF

NÚMERO 5

JUNHO DE 2020

## 1. Apresentação – O que desejamos?

Prezados leitores! Neste ano de 2020 reforçamos nosso propósito de bem cumprir a missão da Auditoria Geral da UFJF, que é o de aumentar e proteger o valor organizacional de nossa instituição, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em riscos. Dentro desse prisma buscamos aprimorar nossas ferramentas de trabalho, de maneira a agregar valor à gestão. Entendemos ser esse Informativo meio essencial para atingimento desse objetivo. Lembramos que conforme definido pelo Tribunal de Contas da União-TCU, agregar valor à gestão é: apresentar novos conhecimentos e perspectivas, tornar a informação acessível a vários stakeholders (partes interessadas) e propor recomendações construtivas e úteis. Podemos verificar que esse informativo abrange os três pontos, sendo por isso essencial sua leitura, a divulgação junto aos demais colaboradores e sua consequente aplicação no dia a dia.

Desejamos uma boa leitura!

### Nesta edição

- 1 Apresentação – O que desejamos?
- 2 Jurisprudências e Normativos
- 3 Tá sabendo?
- 4 Até a próxima...

### Vale lembrar!

*- É indevida a utilização do sistema de registro de preços para contratação de serviço que não seja padronizável e replicável, por ser incompatível com o art. 3º, inciso III, do Decreto 7.892/2013. Acórdão 1333/2020 Plenário*

## 2. Jurisprudências e Normativos

Nesta seção constam as Jurisprudências do TCU e Normativos mais atuais e relevantes, que poderão ser aplicados no âmbito da UFJF, após as avaliações pelos gestores quanto à conveniência e oportunidade.

### Cessão de servidores e ressarcimento

#### ACÓRDÃO Nº 267/2020 – TCU – Plenário.

1.7.3. dar ciência (...), para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de futuras impropriedades, de que as cessões de servidores devem ser realizadas de acordo com o art. 93 da Lei 8.112/1990 e o disposto no Decreto 9.144/2017, notadamente quanto à necessidade de ressarcimento por parte do órgão/entidade cessionário, sob pena de responsabilidade da autoridade administrativa, inclusive quanto a eventual débito (Acórdãos 884/2010 – Plenário e 2470/2016 – 1ª Câmara)

### Segregação de funções

#### ACÓRDÃO Nº 1156/2020 – TCU – 1ª Câmara.

1.7.1. Dar ciência (...), com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades/falhas identificadas, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes: 1.7.1.1. designação de um mesmo servidor para desempenho de atribuições em diversas fases e procedimentos de um mesmo processo de licitação e contratação, em descumprimento do princípio da segregação de funções

## Somatório de atestados

### ACÓRDÃO Nº 1019/2020 – TCU – Plenário.

1.8.3. dar ciência (...), com fundamento no art. 7º da Resolução – TCU 265/2014, sobre a seguinte falha (...), para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.8.3.1. ausência de justificativas para a vedação ao somatório ou combinação de atestados (...) para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, em afronta à jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 1.865/2012-TCU-Plenário, Relator Marcos Bemquerer e Acórdão 7.105/2014-TCU-2ª Câmara, Relator Marcos Bemquerer), uma vez que, em regra, é indevida a proibição de somatório de atestados, para efeito de comprovação de qualificação técnico-operacional, quando a aptidão da licitante puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado, e que, havendo restrição ao somatório de atestados, ela deve estar justificada técnica e detalhadamente no respectivo processo administrativo;

1.8.3.1. falta de clareza, no edital, em relação às regras da vedação ao somatório ou combinação de atestados (...) para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, uma vez que sequer constava do edital a classificação dos requisitos em essenciais e não essenciais, em afronta aos princípios da publicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo (art. 3º da Lei 8.666/1993)

## Dedicação exclusiva e gerência de sociedades privadas

### ACÓRDÃO Nº 4930/2020 – TCU – 2ª Câmara.

1.9.3. a não apuração de irregularidade e a ausência de providências quanto ao descumprimento do regime de dedicação exclusiva por parte de professores e/ou o exercício da gerência ou administração de sociedades privadas por parte de servidores, caracteriza infração ao art. 116, inciso XII, e ao art. 117, inciso X, ambos da Lei 8.112/1990

## Medição de serviços

### ACÓRDÃO Nº 4447/2020 – TCU – 2ª Câmara.

9.6. cientificar (...) acerca das seguintes falhas constatadas no âmbito de licitações e contratos e sua responsabilidade: (...)9.6.5. ausência de boletins de medições que atestassem a execução dos serviços (...), deixando de observar os termos do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993, concorrendo, assim, para a ocorrência de pagamentos irregulares, em afronta aos arts. 62 e 63 da Lei 4.320, de 17/3/1964, e em descompasso com o entendimento do TCU sobre a matéria (Acórdãos 273/2010 e 1.998/2008 e Decisão 1.552/2002, todos de Plenário, relatados pelos Ministros José Jorge, André Luís de Carvalho e Ubiratan Aguiar)

---

#### Vale lembrar!

- A fixação, para fins de habilitação, de percentual de patrimônio líquido mínimo em relação ao valor estimado da contratação (art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 8.666/1993) deve ser justificada nos autos do processo licitatório, realizando-se estudo de mercado com vistas a verificar o seu potencial restritivo, sob pena de violação ao art. 3º, § 1º, inciso I, do Estatuto de Licitações. Acórdão 1321/2020 Plenário

---

## Greve de servidores públicos

### ACÓRDÃO Nº 3592/2020 – TCU – 1ª Câmara.

d) dar ciência (...) de que: d.1) a não adoção das medidas administrativas e judiciais pertinentes ao devido enfrentamento de greves radicalizadas é ocorrência atentatória aos princípios fundamentais da administração pública insculpidos no art. 37, caput, da Constituição Federal, máxime o da eficiência, devendo as medidas eventualmente adotadas serem relatadas no relatório de gestão do exercício em que ocorrerem tais eventos, como parte inerente do dever de prestar contas, possibilitando a formação de juízo acerca da correção da ação administrativa para a solução do dissídio

## Flexibilização de jornada

### ACÓRDÃO Nº 3910/2020 – TCU – 1ª Câmara.

1.8. dar ciência (...), com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, de que a concessão de jornada reduzida a servidores (...), estão em desacordo com o art. 3º do Decreto 1.590/1995 e com jurisprudência do TCU, como por exemplo o Acórdão 291/2018 – Plenário, Ministro Walton Alencar Rodrigues.

## Fundações de apoio

### ACÓRDÃO Nº 3218/2020 – TCU – 2ª Câmara.

1.8. Dar ciência (...), com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, de que os projetos (...) destinados a atividades que se confundem com as de caráter permanente da instituição (atividades rotineiras de planejamento e avaliação institucional), (...), ainda que atendam requisitos de objeto, metas e objetivos definidos, prazo limitado e atendimento do máximo de 1/3 de participação de funcionários da fundação de apoio, estão em desacordo com o art. 4º, § 3º, da Lei 8.958/1994 e com a jurisprudência do TCU, com o item 9.2.1 do Acórdão 1.508/2008 – Plenário, Ministro Aroldo Cedraz.

## Manutenção das condições de habilitação

### ACÓRDÃO Nº 1665/2020 – TCU – 2ª Câmara.

1.7.1. Dar ciência (...) sobre as seguintes impropriedades: (...)

1.7.1.2.a ausência de cláusulas que estipulem a vinculação ao termo da proposta, a legislação aplicável aos casos omissos e a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, (...), afronta o disposto no artigo 55, incisos XI ao III, da Lei 8.666/1993

1.7.1.3.o pagamento sem verificação da regularidade fiscal-previdenciária, (...), afronta o disposto nos art. 29, incisos III, IV e V, e art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/1993

## Segregação de funções

### ACÓRDÃO Nº 1278/2020 – TCU – 1ª Câmara.

9.2. dar ciência (...) sobre as seguintes irregularidades identificadas (...): 9.2.1. participação (...) na fase interna da licitação e na condução do Pregão (...), o que evidencia falha na segregação de funções (...), além de afrontar o princípio da moralidade, insculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal c/c art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993

---

#### Vale lembrar!

- É ilegal ato de admissão de professor efetivo para ocupar vaga decorrente de afastamento temporário do titular. Nesse caso, não ocorre vacância de cargo efetivo, porquanto este permanece ocupado por seu titular. Acórdão 5802/2020 Primeira Câmara

---

## Auditoria Interna

### ACÓRDÃO Nº 4784/2020 – TCU – 1ª Câmara.

1.9.4. dar ciência (...) sobre as seguintes impropriedades, (...), a fim de que sejam adotadas medidas de prevenção a novas ocorrências: (...)

1.9.4.4. ausência de formalização de uma política orientada à atuação da Auditoria Interna (...) estabelecendo a missão da unidade, as responsabilidades e direitos do auditor-chefe, o desenvolvimento de competências para os auditores internos, bem como a elaboração do plano de auditoria baseado em metodologia de avaliação de risco como critério de priorização das atividades de auditoria

## 3. Tá sabendo?

- Que a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 33, de 23 de abril de 2020 altera a Instrução Normativa nº 5, de 24 de junho de 2019, que dispõe sobre práticas de governança e gestão dos processos dos órgãos e entidades que atuam nas transferências voluntárias de recursos da União, e dá outras providências.

- Que a Portaria Nº 1.181, de 10 de junho de 2020 estabelece os critérios e procedimentos para a nomeação, designação, exoneração, dispensa, permanência e recondução ao cargo ou função comissionada de titular da unidade setorial de ouvidoria no âmbito do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal – SisOuv.

- Que o Decreto Nº 10.228, de 5 de fevereiro de 2020 altera o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, para dispor sobre o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal e instituir os conselhos de usuários dos serviços públicos no âmbito da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal.

- Que a Portaria ME Nº 232, de 2 de junho de 2020 institui o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo federal, e dá outras providências.

- Que a Portaria Conjunta Nº 16, de 13 de maio de 2020 prorroga, em caráter excepcional, prazos previstos na Portaria Conjunta SGP-Enap nº 102, de 09 de outubro de 2019, relativamente à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNPD, em razão do estado de emergência internacional decorrente da pandemia da covid-19.

- Que a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 24, de 18 de março de 2020 dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal – SIORG, estruturado nos termos do art. 21 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

## 4. Até a próxima...

Nossos informativos estarão disponíveis em nossa página na internet: <http://www.ufjf.br/auditoriageral/>. Sugestões poderão ser enviadas pelo e-mail: [auditoriageral@ufjf.edu.br](mailto:auditoriageral@ufjf.edu.br). Até breve!

---

### Fontes utilizadas neste informativo:

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/pesquisa/acordao-completo>

<https://portal.tcu.gov.br/jurisprudencia/boletins-e-informativos/>

<http://portal.imprensa.nacional.gov.br/web/guest/inicio>

<http://ementario.info/>

---